

**Qualidade do Lugar: análise de atributos qualificadores dos parques
urbanos em São Paulo/SP**

Quality of Place: analysis of qualifying attributes of urban parks in São Paulo/SP

Eduarda Faria Silva

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, IFSP, Brasil.
Ex-bolsista de Iniciação Científica PIBIFSP.
fariaeduarda18@gmail.com

Douglas Gallo

Professor Doutor, IFSP, Brasil.
Arquiteto e Urbanista, Doutor em Urbanismo.
douglas.luciano@ifsp.edu.br

RESUMO

A pesquisa objetivou analisar a qualidade espacial de parques urbanos distribuídos nas cinco regiões da cidade de São Paulo – SP: Parques Augusta e Aclimação no Centro; Parque da Juventude e Horto Florestal na Zona Norte; Parques do Povo e Lina e Paulo Raia na região Sul; Parques Estadual do Belém - Manoel Pitta e do Carmo na Zona Leste; e, na Zona Oeste, os Parques Água Branca e Villa Lobos. Foi admitida, para análise, uma área de abrangência dos parques percorrível por 15 minutos de caminhada, considerando a relação entre urbanismo e os impactos na saúde urbana com a presença de parques urbanos no entorno imediato. A partir de visitas de campo, e de Observação Social Sistemática, foram analisadas características e atributos dos espaços públicos e a percepção dos usuários, com base em um *checklist* elaborado a partir da metodologia PPS (*Project for Public Spaces*). A observação dos parques e de seus usos e atividades, evidenciou que a presença de parques urbanos enriquece o entorno das regiões analisadas e a utilização desses espaços promove a vivência e prática de hábitos saudáveis e sustentáveis, além de despertarem sentimentos satisfatórios tendo em vista a presença considerável de áreas verdes.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Urbano Saudável. Qualidade de vida urbana. Urbanismo e Saúde.

ABSTRACT

The aim of the research was to assess the spatial quality of urban parks across the five regions of São Paulo – SP: Augusta and Aclimação Parks in the Central area; Juventude and Forest Garden in the North Zone; Povo and Lina e Paulo Raia Parks in the Southern region; Belém State Parks - Manoel Pitta and Carmo Park in the East Zone; and, in the West Zone, Água Branca and Villa Lobos Parks. An area encompassing parks reachable within a 15-minute walk was selected for analysis, considering the interplay between urban planning and the impact on urban health through the presence of parks in close proximity. Through field visits and Systematic Social Observation, characteristics and attributes of public spaces, along with user perceptions, were examined, utilizing a checklist developed with the PPS (Project for Public Spaces) methodology. Observations of park usage and activities revealed that the presence of urban parks enhances the surrounding areas of the analyzed regions. Utilization of these spaces fosters healthy and sustainable habits, while also evoking positive sentiments due to the significant presence of green areas.

KEYWORDS: Healthy Urban Planning. Quality of urban life. Urbanism and Health.

1 INTRODUÇÃO

O termo “qualidade de vida” é apresentado de diversas formas: sinônimo de saúde, felicidade, estilo de vida, relacionado com determinados aspectos da vivência do indivíduo, como uma percepção particular que depende do contexto cultural e do sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, padrões, suas preocupações e expectativas (PEREIRA, TEIXEIRA; SANTOS, 2012). Portanto, é um conceito multidisciplinar, consequência de variados contextos. Relaciona-se diretamente com o desenvolvimento das cidades, visto que estas se constituem de relações e esforços humanos. Ao compreendermos a saúde como sinônimo de qualidade de vida, estritamente relacionada ao espaço urbano, ampliamos a visão para o conceito de cidade saudável, considerando os determinantes sociais da saúde e a cidade como espaço da vida (GALLO, 2020).

Pensar em uma saúde urbana é considerar um entrelaçamento desta com a Saúde Pública, o que nos permite refletir sobre o impacto que as intervenções urbanas e os interesses políticos e governamentais têm na saúde das populações, particularmente quando exercidos e praticados pelo poder público, incluindo as intervenções que não têm origem no setor saúde (PROIETTI; CAIAFFA, 2005; CAIAFFA, FRICHE; OMPAD, 2015). Sob esse viés, remonta a Aristóteles (2017), em seu tratado sobre “Política”, a reflexão sobre as formas de governo e sua relação com a felicidade do cidadão e da cidade enquanto comunidade. O filósofo evidenciou quatro importantes aspectos a serem observados na implantação de uma cidade: i) salubridade; ii) espaço para exercícios e reuniões civis; iii) casas particulares cômodas e agradáveis; e iv) muralhas para defesa. A partir desta perspectiva, nota-se que a relação entre saúde e cidade e o impacto desta na vida do cidadão está longe de ser uma discussão contemporânea. Aristóteles, ainda, reforça dois aspectos relevantes para a qualidade de vida de uma população, a salubridade e a utilização de espaços públicos para lazer e convívio social.

O relatório da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS (*WHO Commission on Social Determinants of Health*) enfatizou a importância da urbanização e do ambiente urbano no bem-estar físico e psicológico e na segurança da população, ressaltando a necessidade de colocar a saúde e a equidade na saúde no centro da governança e do planejamento urbano. De acordo com a comissão, o planejamento urbano deve promover instrumentos que impactam positivamente na saúde mental e física da população (OMS, 2010b).

De acordo com Jane Jacobs (2009), os usos dos parques localizados em bairros urbanos estão longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno *per se*. Longe de promoverem automaticamente as vizinhanças, pelo contrário, os parques são afetados por estas, sendo importante que o planejamento promova adequadamente sua inserção no tecido urbano.

É importante que o planejamento urbano eleja como prioridade o transporte pedonal e cicloviário, forneça meios de transporte coletivos e conceba espaços para recreação e lazer – em todos os bairros –, ao mesmo tempo que atente nas implicações para a violência e a redução do crime (OMS, 2010a).

Muitas expectativas são criadas pela inserção de parques em bairros urbanos, desejados e reivindicados constantemente, porém muitos tornam-se impopulares caso uma miríade de dimensões e atividades não sejam previstas:

Um parque de bairro genérico que não seja quartel-general de indigentes desocupados pode vir a ser frequentado natural e informalmente só por estar situado

bem próximo de onde se concentram diferentes modos de vida e atividade. Se for no centro da cidade, deve ter lojistas, visitantes e transeuntes, além de funcionários. Se não for no centro, deve situar-se onde a vida pulse, onde haja movimentação de escritórios, atividades culturais, residências e comércio – o máximo possível de toda a diversidade que as cidades podem propiciar. O principal problema do planejamento de parques de bairro resume-se ao problema de alimentar uma vizinhança diversificada capaz de utilizá-los e mantê-los (JACOBS, 2009, p. 109-110).

Essa perspectiva de Jacobs entra em concordância com o conceito de cidades policêntricas, as quais aproximam seus cidadãos de seus locais de trabalho, espaços de lazer e consumos básicos, reduzindo também as emissões de dióxido de carbono, a partir do momento que encurta distâncias e confere variados usos e atividades à vizinhança. A distância entre os cidadãos e suas necessidades básicas de trabalho e lazer, deveria ser de 15 minutos de caminhada (MORENO *et al.*, 2021). Portanto, a pesquisa buscou analisar a qualidade espacial e a acessibilidade à dez parques urbanos distribuídos pelas cinco regiões da cidade de São Paulo/SP, e suas áreas de abrangência, considerando o entorno percorrido a pé em 15 minutos.

A importância das áreas verdes urbanas (parques, praças e espaços comunitários) para a saúde física e mental da população e, conseqüentemente, da qualidade de vida nas cidades, tem sido objeto de estudo de diversos autores (MAAS *et al.*, 2009, LIMA; GARCEZ, 2017; SILVA, 2017; SCHEUER; NEVES, 2016; LARSON, JENNINGS; CLOUTIER, 2016; LONDE; MENDES, 2014; NUCCI; CAVALHEIRO, 1998). De acordo Herculano (2000), o conceito de qualidade de vida é um conceito no qual a questão ambiental se agrega aos demais atributos mensurados pelo Índice de Desenvolvimento Humano, IDH.

Propomos que "qualidade de vida" seja definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais (HERCULANO, 2000, p. 22).

Estudos realizados na Holanda apontam que a taxa de prevalência anual de 15 dos 24 aglomerados de doenças foi menor em ambientes com mais espaço verde em um raio de 1km do local de moradia. Além disso, essa relação foi mais evidente para transtorno de ansiedade e depressão e para crianças e pessoas com nível socioeconômico mais baixo (MAAS *et al.*, 2009; RIGOLIN *et al.*, 2021). As evidências indicam uma relação positiva entre espaços verdes e indicadores gerais, auto relatados, de saúde física e mental e, também, para agrupamentos de morbidade específicos, avaliada por médicos especialistas. Dessa forma, o estudo enfatiza a importância de espaços verdes próximo às residências de crianças e grupos socioeconômicos mais baixos.

Para Cavalheiro e Del Picchia (1992 *apud* NUCCI; CAVALHEIRO, 1998) os espaços verdes possuem uma função social, estética, ecológica e de lazer, afirmando que “os espaços livres de uso público têm uma importância relevante, pois são eles onde há possibilidade de convívio social e cujo acesso à população é sempre livre”. Os autores também citam a necessidade de proximidade dos usuários ao local, entre 10 a 15 minutos de caminhada, sendo o contrário um

motivo para que o local se torne subutilizado, acarretando problemáticas de insegurança, degradação, subutilização etc.

2 OBJETIVOS

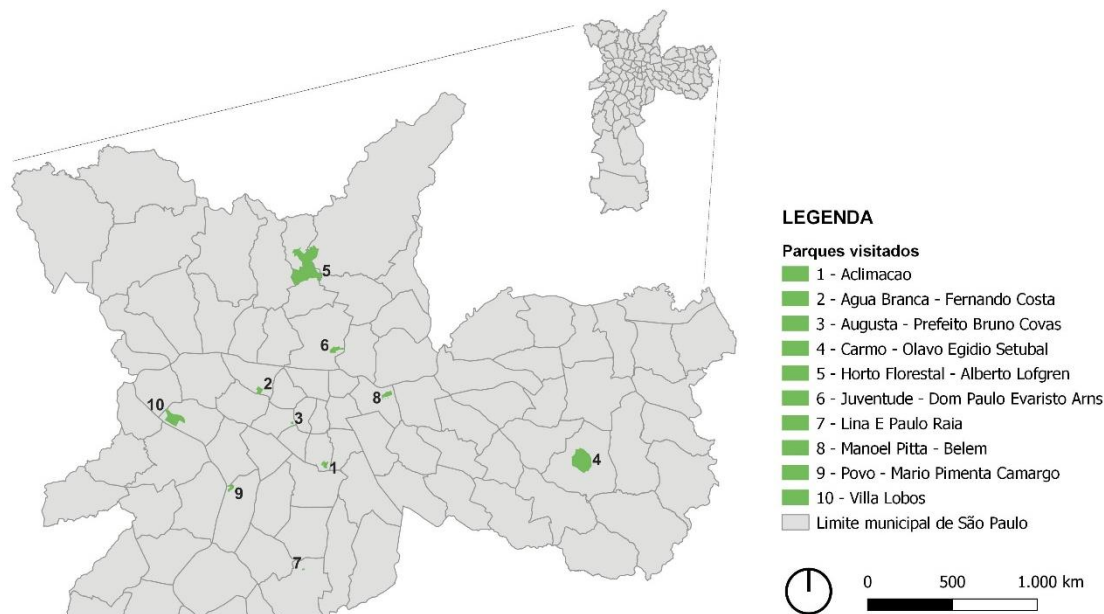
A pesquisa teve como objetivo geral analisar a qualidade espacial dos parques públicos selecionados, nas diferentes regiões da cidade de São Paulo, e de suas áreas de abrangência, considerando uma distância de 15 minutos caminháveis, considerando o papel da acessibilidade ao verde urbano como fundamental para a qualidade de vida dos moradores do entorno.

Como objetivos específicos tem-se: identificar os atributos qualificadores da paisagem dos parques selecionados; analisar a infraestrutura existente e seu estado de conservação; avaliar a acessibilidade física e simbólica nas áreas de abrangência de cada parque selecionado; verificar as formas de apropriação da população da área de abrangência dos parques selecionados; identificar as potencialidades e os desafios para a melhor apropriação dos parques analisados. Como hipótese de pesquisa partiu-se da ideia que os parques urbanos localizados nas regiões com melhor infraestrutura e poder aquisitivo apresentariam uma acessibilidade mais facilitada e melhor qualidade espacial, paisagística e uma manutenção mais satisfatória.

3 METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada nas cinco regiões da cidade de São Paulo, sendo selecionados dois parques urbanos por região (Figura 1): 1) Centro: Parque Augusta e Parque da Aclimação; 2) Zona Norte: Parque da Juventude e Horto Florestal; 3) Zona Sul: Parque do Povo e Parque Lina e Paulo Raia; 4) Zona Leste: Parque Estadual do Belém - Manoel Pitta e Parque do Carmo; 5) Zona Oeste: Parque Água Branca e Parque Villa Lobos.

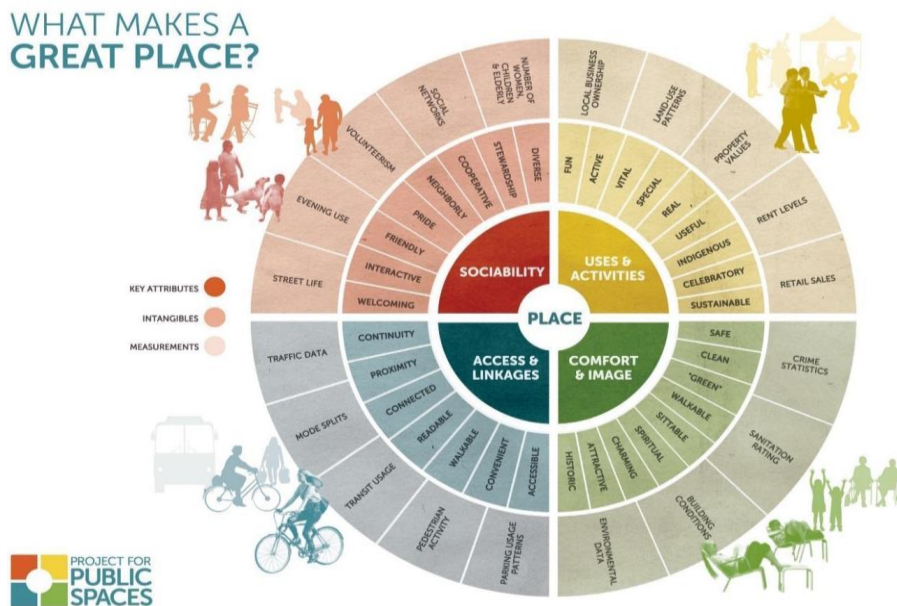
Figura 1: Localização dos parques urbanos selecionados para análise na cidade de São Paulo, SP



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2024.

As visitas de campo foram realizadas majoritariamente em dias úteis da semana e no período vespertino, entre os meses de agosto e novembro de 2022, onde foram realizadas a Observação Social Sistemática, tendo como apoio um *checklist* com os atributos-chave e atributos intangíveis proposto pelo *Project for Public Space* (PPS), cruciais para definição de um espaço público bem sucedido (HEEMANN; SANTIAGO, 2015). A análise foi complementada por questionários aplicados com frequentadores dos parques, investigando suas infraestruturas, organização espacial, qualidade das áreas verdes, atividades disponíveis e percepção dos atributos-chave do PPS: Sociabilidade, Acessos e Conexões, Usos e Atividades e, Conforto e Imagem, acessos e vivência individual. A Figura 2 apresenta o diagrama do lugar "What Makes a Great Public Spaces?" criado pelo PPS.

Figura 2: Diagrama do lugar com quatro atributos-chave e seus atributos intangíveis



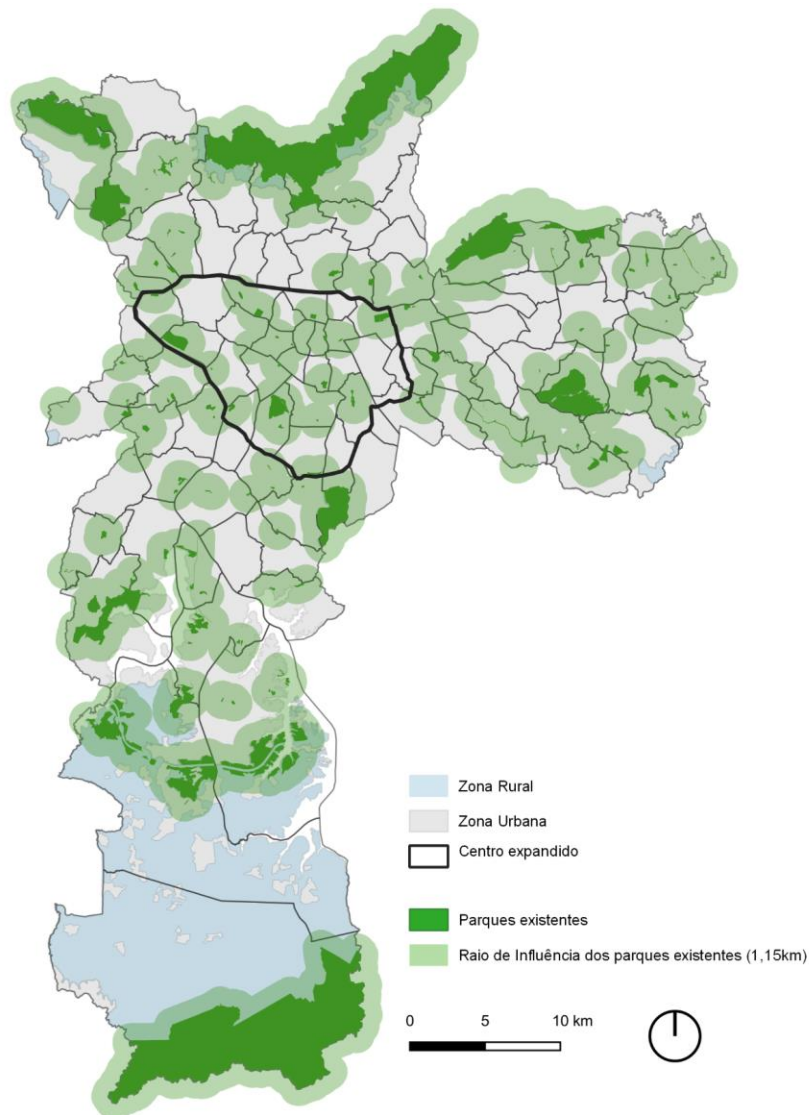
Fonte: PROJECT FOR PUBLIC SPACES (PPS), 2018.

4 ANÁLISE DOS PARQUES URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Como apontado pela OMS (2022), um problema relevante para a saúde urbana é a poluição gerada pelo uso crescente de transportes motorizados. Destaca-se a importância de reduzir o uso de combustíveis fósseis e adotar medidas tangíveis para reduzir os níveis de poluição do ar, visto que quase toda a população do mundo (99%) respira ar que excede os limites de qualidade recomendados pela OMS, o que ameaça a saúde. É importante considerar que os parques urbanos na cidade de São Paulo, apesar de estarem distribuídos por todas as regiões, ainda apresentam iniquidades de acesso (Figura 3), especialmente considerando-se sua acessibilidade em 15 minutos a pé (MIYANISHI; GALLO, 2023), fato que leva muitos usuários optarem pelo uso de automóveis para o deslocamento.

Ainda que os parques visitados tenham sido acessados facilmente por transporte público (Tabela 1), apresentando boas alternativas de acesso, podendo ser considerados de boa acessibilidade no tecido urbano, nem sempre atendem a área de abrangência de 1,5 km em todas as regiões. Em alguns casos, eram os únicos parques urbanos em um raio de 6 a 10 km dos bairros do entorno, o que justifica o grande número de automóveis observados nos estacionamentos dos locais visitados, fato que contraria uma das potencialidades da existência de parques urbanos, o estímulo à mobilidade ativa, seja por meio do caminhar como do ciclismo urbano e transportes coletivos.

Figura 3 – Distribuição dos parques urbanos e sua área de abrangência no município de São Paulo, SP



Fonte: MIYANISHI; GALLO, 2023.

Tabela 1: Intervalo de tempo percorrido de casa aos parques selecionados e meio de deslocamento utilizado

Parques selecionados	Intervalo percorrido			Deslocamento		
	5 a 15 min	15 a 30 min	mais de 30 min	Metrô	ônibus	a pé
Parque Augusta	X					X
Parque Aclimação		X			X	
Parque da Água Branca		X			X	
Parque Villa Lobos			X	X		
Parque Belém		X		X		
Parque do Carmo			X	X	X	
Parque da Juventude		X		X		
Horto Florestal			X		X	
Parque do Povo			X	X		
Parque Lina e Paulo Raia			X	X		
Total	1	4	5	6	4	1

Fonte: AUTORES, 2022.

Outro fator importante são as disparidades do entorno de cada parque, visto que cada região apresenta condições socioeconômicas diferentes. É imprescindível considerar que as cidades são marcadas pela desigualdade e segregação socioespacial, desta forma, seus espaços são apropriados de formas bastante diferentes por seus diversos grupos, dependendo de sua posição social e do poder aquisitivo (CALDEIRA, 2011). Tendo isso em mente, é possível compreender a popularidade e a facilidade de acesso a alguns parques da cidade de São Paulo que estão em regiões com poder aquisitivo maior, como é o caso dos Parques do Povo, Augusta, Água Branca e Aclimação. O que se mostra muito diferente nos parques da Zona Leste, por exemplo, principalmente no Parque do Carmo, no qual o acesso é mais dificultado por ser localizado em uma região mais afastada do centro da cidade e ser distante da estação de metrô Corinthians Itaquera, sendo necessária a utilização do ônibus complementar como meio de transporte.

Para melhor compreensão e comparação entre os parques analisados, a Quadro 1 e as figuras numeradas de 4 a 8 apresentam as características e especificidades dos parques selecionados.

Quadro 1: Características e atrativos dos parques analisados nas diversas regiões da cidade de São Paulo/SP, Brasil

Usos e atividades	Parques estudados por região urbana									
	Aclimação	Augusta	Horto Florestal	da Juventude	do Povo	Lina e Paulo Raia	Belém	do Carmo	Villa Lobos	Água Branca
Ano de inauguração	1939	2021	1896	2003	2008	1981	2012	1976	1989	1929
Dimensão	112.000 m ²	24.603 m ²	174 ha	240000 m ²	133000 m ²	15.700 m ²	200.000 m ²	1.500.000 m ²	732.000 m ²	137.000 m ²
Circuito de corrida e caminhada	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Área de lazer para crianças	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cachorródromo	X	X							X	
Área de leitura/ bibliotecas				X			X		X	X
Espécies variadas de animais			X							X
Lagos	X			X		X		X		X
Quiosques			X					X	X	X
Exposições/eventos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Outras atividades diversas		X	X	X		X	X		X	X

Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 4: Paisagens dos Parques da Região Central de São Paulo – A) Parque Aclimação e B) Parque Augusta



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 5: Paisagens dos Parques da Região Norte de São Paulo – A) Horto Florestal e B) Parque da Juventude



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 6: Paisagens dos Parques da Região Sul de São Paulo – A) Parque do Povo e B) Parque Lina e Paulo Raia



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 7: Paisagens dos Parques da Região Leste de São Paulo – A) Parque Estadual Belém e B) Parque do Carmo



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 8: Paisagens dos Parques da Região Oeste de São Paulo – A) Parque da Água Branca e B) Parque Villa Lobos



Fonte: AUTORES, 2022.

Foi possível notar que a distribuição espacial dos parques é muito diferente e os mesmos adotam elementos que se justificam por suas topografias e partidos de projeto. Sob esse viés, entende-se que a escala de influência dos parques e a necessidade dos frequentadores, principalmente os residentes dos bairros de entorno, são condicionantes da configuração espacial ao conferirem usos e atividades que façam jus à população, ao terreno e seu entorno. Tendo em vista a escala de influência dos parques, é importante salientar que parques como o Parque Villa Lobos, de escala urbana, têm impacto muito diferente na perspectiva dos usuários tendo como comparação os parques que possuem uma influência de bairro, visto que este possui um programa de atividades e serviços muito mais amplo que os demais, realizando eventos que promovem o local, além da sua própria infraestrutura.

Uma exceção a essa análise, é o Parque Augusta, o qual possui características para uma escala de bairro, mas atende uma variedade de usuários de diferentes regiões da cidade, em busca de lazer, principalmente aos fins de semana, conferindo grande popularidade ao parque. Uma explicação possível é o fato de estar localizado em uma área central e pela divulgação e publicidade referente à sua criação, fruto de anos de embate entre moradores do bairro e uma construtora. Outro ponto relevante para a análise sobre os usos e atividades é a questão da segurança, o que está diretamente relacionada à área total dos parques e à distribuição espacial dos seus programas. O Parque do Carmo, por exemplo, foi considerado o menos seguro de acordo com a sua escala espacial, resultando em áreas isoladas e vazias. Sob esse viés, Jacobs (2009, p. 103) reflete:

Os parques impopulares preocupam não só pelo desperdício e pelas oportunidades perdidas que implicam, mas também pelos efeitos negativos constantes. Eles sofrem do mesmo problema das ruas sem olhos, e seus riscos espalham-se pela vizinhança, de modo que as ruas que os margeiam ganham fama de perigosas e são evitadas. Além do mais, os parques de pouco uso e seus equipamentos são alvo de vandalismo, o que é bem diferente do desgaste por uso.

Foi nítida a observação de que essas áreas verdes contribuem para o enriquecimento da paisagem de entorno nas diferentes regiões da cidade. Por outro lado, pode-se questionar como a falta de visibilidade dos parques, por conta das grades de segurança, pode prejudicar a interação e acessibilidade dessas áreas verdes com o seu entorno. No mais, principalmente, os parques Lina e Paulo Raia, Parque do Carmo e Parque Estadual do Belém poderiam apresentar setores e serviços com características mais atrativas ao público e uma infraestrutura e distribuição espacial mais satisfatórias com mais atividades disponíveis.

De acordo com Almeida, Gutierrez e Marques (2012), a relação entre saúde e qualidade de vida depende da cultura da sociedade em que estão inseridos os sujeitos, de ações

peçoais (esfera subjetiva) e programas públicos ligados à melhoria da condição de vida da população (esfera objetiva). A partir da observação dos usos e atividades realizadas pelos usuários, foi possível inferir que os parques urbanos em questão auxiliam na promoção da saúde por possibilitarem o desenvolvimento de hábitos mais saudáveis e sustentáveis, além de garantirem a melhora da saúde física e mental dos frequentadores.

Nas figuras 10 a 14 é possível observar o “diagrama do lugar” de cada um dos parques analisados (HEEMANN; SANTIAGO, 2015; PPS, 2018). Em cada um dos atributos-chave foram observados critérios intangíveis (Quadro 2), classificados como “presente”, “parcialmente presente” e “ausente”, em escala de tonalidade, como demonstrado na legenda. A representação do diagrama do lugar é uma forma clara de avaliar a qualidade do lugar, por meio dos atributos responsáveis por caracterizar um bom espaço público, de forma clara e objetiva.

Quadro 2: Aspectos avaliados nos quatro critérios do Diagrama do Lugar.

Critério	Sociabilidade	Usos e atividades	Acessos e conexões	Conforto e imagem
1	Diversidade	Divertido	Continuidade	Seguro
2	Zeladoria	Ativo	Proximidade	Limpo
3	Cooperação	Vital	Conectividade	Verde
4	Vizinhança amistosa	Especial	Legibilidade	Caminhável
5	Orgulho	Real	Caminhabilidade	Lugares para sentar
6	Amistosidade	Útil	Conveniência	Espiritual
7	Interatividade	Comemorativo	Acessibilidade	Charmoso
8	Receptividade	Sustentável	Não consta	Atrativo
9	Não consta	Não consta	Não consta	Histórico
I	Nº de crianças, mulheres e idosos	Negócios locais	Tráfego intenso	Alto grau de criminalidade
II	Conexões sociais	Bom uso do solo	Distribuição modal	Boas condições de saneamento
III	Voluntarismo	Alto valor dos imóveis	Meios de transporte cicloviários e coletivos	Edifícios em boas condições
IV	Uso ao anoitecer	Muitas oportunidades de aluguel de imóveis	Possibilidades de atividades a pé	Impacto positivo no meio ambiente
V	Vida na rua	Vendas e varejo	Existência de estacionamento	Não consta

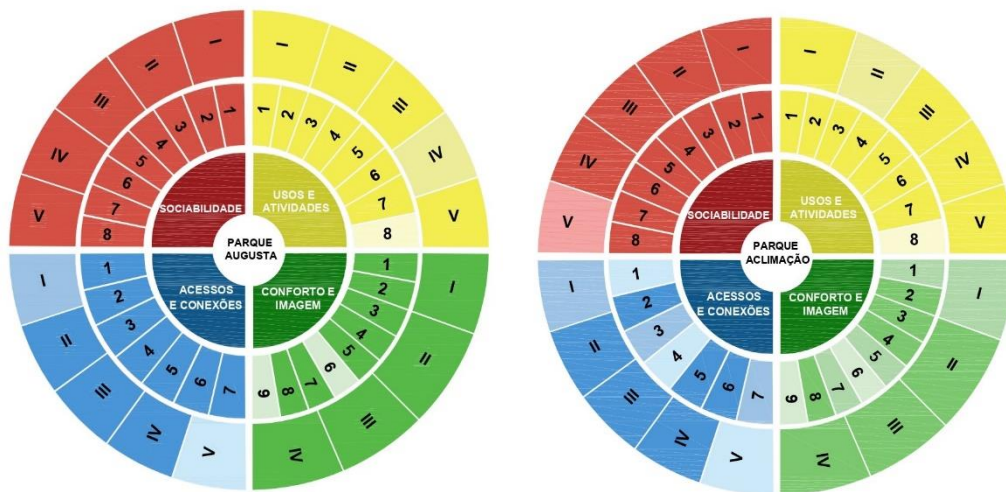
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 9: Legenda do Diagrama do Lugar em escala de tonalidade.



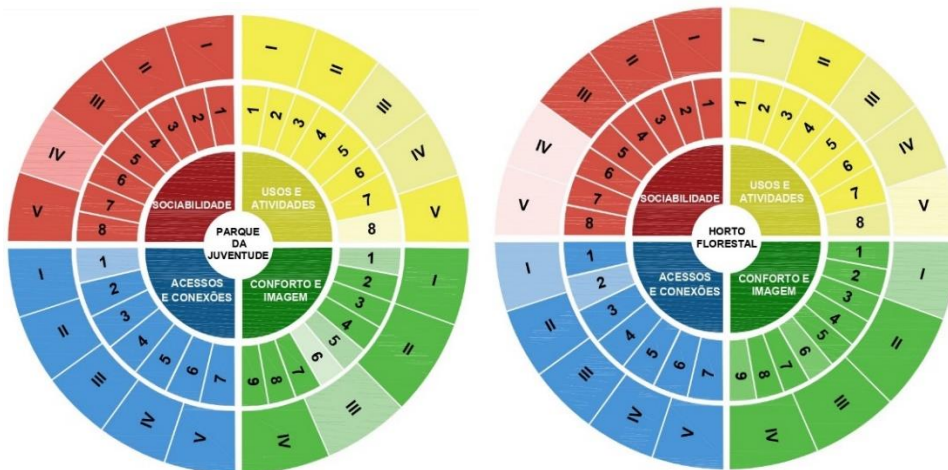
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 10: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Central: Parque Augusta e Parque da Aclimação



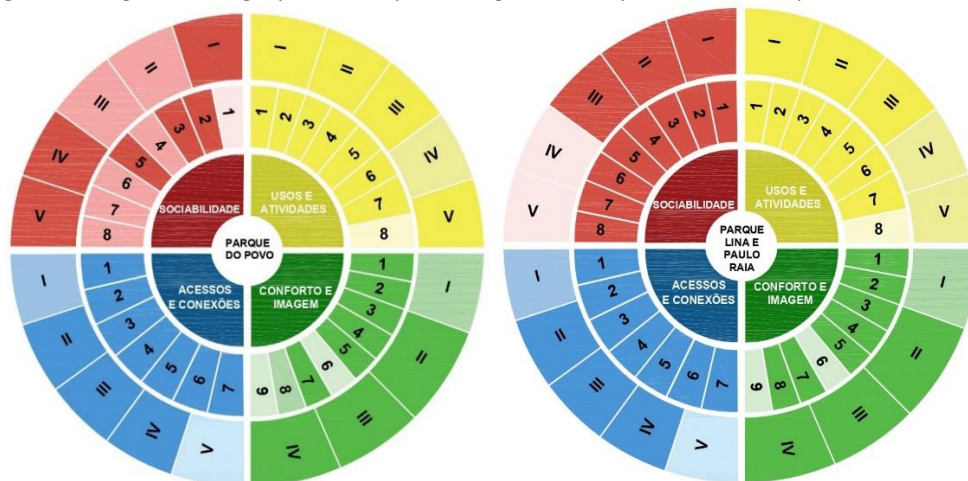
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 11: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Norte: Parque da Juventude e Horto Florestal



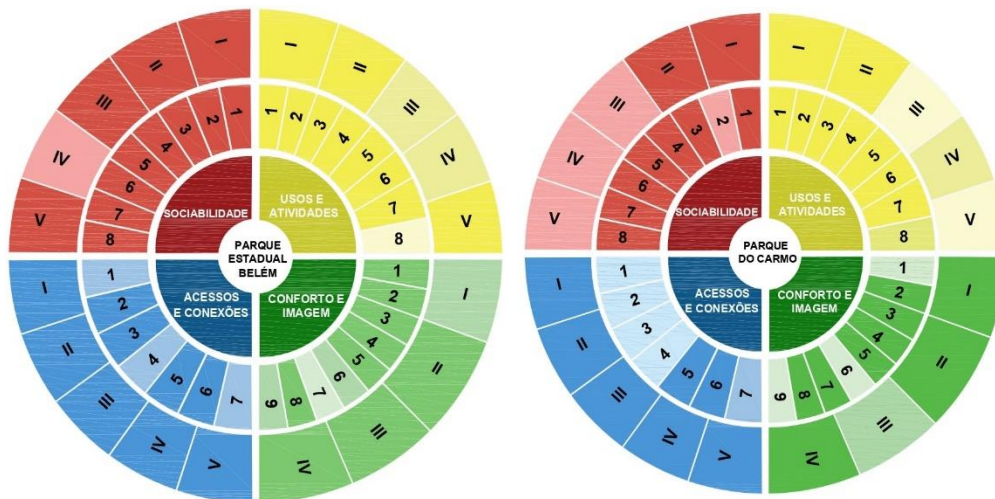
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 12: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Sul: Parque do Povo e Parque Lina e Paulo Raia



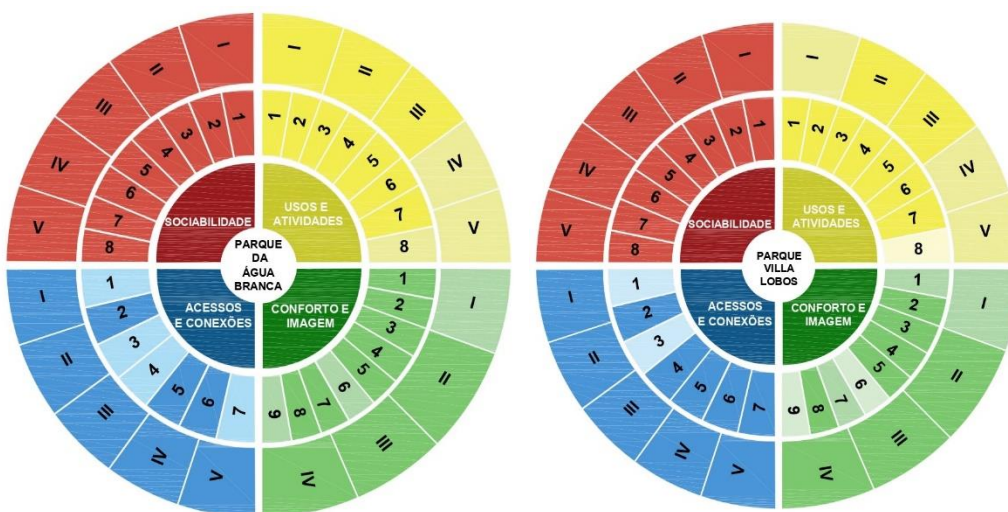
Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 13: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Leste: Parque do Carmo e Parque Estadual Belém



Fonte: AUTORES, 2022.

Figura 14: Diagrama do Lugar para os Parques da Região Oeste: Parque da Água Branca e Parque Villa Lobos



Fonte: AUTORES, 2022.

Como é possível concluir mediante os diagramas apresentados, os parques Augusta e Água Branca obtiveram o melhor resultado no critério “Sociabilidade”, com todos os atributos presentes. Já as análises para os usos e atividades evidenciou-se certo equilíbrio entre todos os parques visitados, diferente dos critérios restantes: “Acessos e conexões” e “Conforto e imagem”. Estes critérios se destacam pelas diferenças nas questões de continuidade, acessibilidade e proximidade, e características como segurança, limpeza, espaços para sentar, espaços espirituais e históricos. Por outro lado, a questão do “impacto positivo no meio ambiente” se mostrou presente em todos os parques, bem como a predominância de espaços verdejados (com vegetação). Sob essa perspectiva, é imprescindível ressaltar a observação de pouca biodiversidade e a falta de manutenção dos espaços. Os projetos paisagísticos também não são muito diversificados em alguns parques, independente de uma boa cobertura vegetal.

Esse fato foi observado na visita ao Parque Estadual Belém, o qual poderia apresentar maior variedade em suas paisagens. Por outro lado, o Parque Lina e Paulo Raia, apresenta canteiros com vegetação variada, bem cuidada e identificada, provavelmente pela facilidade de manutenção devido sua área consideravelmente menor.

Outro ponto de grande importância e que deixou a desejar foi o atributo da sustentabilidade, poucas práticas foram observadas nas visitas realizadas, demonstrando uma deficiência que necessita ser repensada na gestão dos parques e áreas verdes do município de São Paulo. A acessibilidade é outro grande problema dos parques analisados, ela é muito limitada pelas diferenças topográficas de cada local de implantação. No mais, muitos atributos positivos e que impactam na qualidade de vida dos frequentadores e da vizinhança se mostraram presentes em todos os parques, como os atributos “diversão”, “ativação”, “vitalidade”, “voluntarismo” e “conexões sociais”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância das áreas verdes para a saúde das populações urbanas é objeto de estudo de muitos autores e a discussão sobre o tema se mostra cada vez mais necessária. A análise espacial dos parques do município de São Paulo possibilitou uma maior compreensão das regiões da cidade e suas diferenças estruturantes. A qualidade dos parques e das paisagens de seus entornos, são qualificadores da ambiência e vida urbana, enquanto espaços privilegiados de qualidade de vida. Embora exista uma boa distribuição de parques urbanos pela cidade de São Paulo, a acessibilidade e a qualidade dos mesmos são questionáveis, ao menos em alguns aspectos observados pela metodologia do PPS, evidenciando uma iniquidade no acesso ao verde urbano. A utilização da metodologia “*Project for Public Space*” demonstrou-se válida e de fácil aplicação, possibilitando análises rápidas e eficientes da qualidade desses espaços públicos tão importantes e fundamentais na promoção da saúde urbana. Compreender o papel dos entornos saudáveis, particularmente os espaços verdejados, para a qualidade de vida e promoção da saúde no espaço urbano é fundamental para repensar o planejamento urbano. Faz-se necessárias futuras pesquisas, particularmente relacionadas à avaliação participativa dos espaços públicos, envolvendo a população do entorno e os usuários destes espaços urbanos.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luís; MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interface com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Edições Each, 2012.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

CAIAFFA, Waleska Teixeira; FRICHE, Amélia Augusta de Lima; OMPAD, Danielle C. Urban health: landmarks, dilemmas, prospects, and challenges. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, suppl. 1, editorial, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2011.

GALLO, Douglas Luciano Lopes. **Cidade Humana**: a vida urbana e a promoção da saúde como qualidade de vida. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene C.; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FREITAS, Carlos Machado. **Qualidade de vida & riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.

HEEMANN, Jeniffer; SANTIAGO, Paola Caiuby. **Guia do espaço público**: para inspirar e transformar. Project for Public Spaces (PPS), 2015. Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/wpcontent/uploads/2015/03/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LARSON, Lincoln R.; JENNINGS, Viniece; CLOUTIER, Scott A. Public parks and wellbeing in urban areas of the United States. **PLoS ONE**, v. 11, n. 4, e0153211, p. 1-19, 2016.

LIMA, Sabrina Morais de; GARCEZ, Danielle Sequeira. Áreas verdes públicas urbanas e sua relação com a melhoria da qualidade de vida: um estudo de caso em um parque ecológico urbano na cidade de Fortaleza (Ceará, Brasil). **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n.43, p. 140-151, 2017.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v.10, n.18, p. 264-272, 2014.

MAAS, Jolanda; VERHEIJ, Robert A.; VRIES, Sjerp de; SPREEUWENBERG, Peter; SHELLEVIS, François G.; GROENEWEGEN, Peter P. Morbidity is related to a green living environment. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v.63, n.12, p 967-973, 2009.

MORENO, Carlos; ALLAM, Zaheer; CHABAUD, Didier; GALL, Catherine; PRATLONG, Florent. Introducing the “15-Minute City”: sustainability, resilience and place identity in future post pandemic cities. **Smart Cities**, v.4, n.1, p.93-111, 2021.

NUCCI, João Carlos; CAVALHEIRO, Felisberto. Espaços livres e qualidade de vida urbana. **Paisagem e Ambiente**, n.11, p. 277-288, 1998.

OMS. Organización Mundial de la Salud. **La planificación urbana es esencial para la salud pública**. Ginebra: OMS, 2010a. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/06/21116_spanish_integrating_health_in_urban_and_territorial_planning.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Redução das desigualdades no período de uma geração**: igualdade na saúde através da acção sobre os seus determinantes sociais. Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Portugal: OMS, 2010b. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241563703>. Acesso em: 06 jun. 2024.

OMS. Organización Mundial de la Salud. **Novos dados da OMS revelam que bilhões de pessoas ainda respiram ar insalubre**. Ginebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/4-4-2022-novos-dados-da-oms-revelam-que-bilhoes-pessoas-ainda-respiram-ar-insalubre>. Acesso em: 10 maio 2024.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.26, n.02: s/p, 2012.

PROIETTI, Fernando Augusto; CAIAFFA, Waleska Teixeira. Fórum: o que é saúde urbana? **Cadernos de Saúde Pública**, v.21, n.3, p. 940-941, 2005.

RIGOLON, Alessandro; BROWNING, Mathew H. E. M.; MCANIRLIN, Olivia; YOON, Hyun-Seo. Green space and health equity: a systematic review on the potential of green space to reduce health disparities. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.18, n. 2563, 2021.

SCHEUER, Junior Miranda; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 11, n.5, p. 59-73, 2016.

SILVA, Marly Santos da. **Atributos de qualidade ambiental urbana como norteadores da operacionalização dos instrumentos EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança – e EIA – Estudo de Impacto Ambiental**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.